



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO 07.328/18

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa PB**, Sr. *Marcio Diego Fernandes Tavares de Albuquerque*, concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais a Sr^a **Silvia Sandra Barbosa da Silva Mendes**, matrícula 15.789-9, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que contava, à época do ato, com 12.196 dias de tempo de serviço e idade de 53 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo (Portaria nº 060/2018) e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC 07.328/18

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Silvia Sandra Barbosa da Silva Mendes*

Órgão: **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa**

Gestor Responsável: *Marcio Diego Fernandes Tavares de Albuquerque*

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadorias Voluntária com Proventos Integrais.
Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos.
Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos
proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1337/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 07.328/18** referente Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais a *Sra. Silvia Sandra Barbosa da Silva Mendes*, matrícula 15.789-9, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 08 de agosto de 2019.

Assinado 16 de Agosto de 2019 às 08:54



Cons. Fernando Rodrigues Catão

PRESIDENTE

Assinado 15 de Agosto de 2019 às 12:50



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**

RELATOR

Assinado 22 de Agosto de 2019 às 09:02



Marcílio Toscano Franca Filho

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO